

## Considerações Psicossociais e Neurovisuais sobre a Inclusão do deficiente Visual no Ambiente Escolar

Leandro David Ortiz Rhein<sup>1</sup>

Rosa Maria Zantedeschi Berzghal<sup>2</sup>

Izildinha de Barros Campelo Bouéres<sup>3</sup>

### RESUMO

A intenção deste estudo é analisar as consequências psicossociais e neurovisuais acerca da inclusão do deficiente visual na escola pública brasileira. O intuito deste estudo é analisar o processo de inclusão do deficiente no ensino regular, bem como a repercussão do não preparo docente acerca do conhecimento dos diferentes graus de deficiência visual; bem como das adaptações não ópticas na prática pedagógica. Foi realizado um levantamento bibliográfico em livros, internet e periódicos. O preparo adequado dos docentes leva a importância de ressaltar a prevenção, e de promover a união dos profissionais da área, para uma maior sociabilidade do conhecimento e dos diversos cuidados. Os profissionais da educação devem realizar uniões com profissionais da área visual para que as crianças sejam orientadas desde cedo. Evitando assim o aumento da repetência nas escolas.

### Abstract

The intent of this study is to analyse the psychosocial and neurovisual consequences on the visual handicapped inclusion in the Brazilian public school. The purpose of this study is to analyze the process of inclusion of the disabled in mainstream education, as well as the impact of non-teaching preparation on the knowledge of the different degrees of visual impairment; as well as non-optical adaptations in pedagogical practice. The literature review was conducted in books, internet and periodicals. Proper preparation of teachers leads to emphasize the importance of prevention, and to promote the union of professionals for greater social nature of knowledge and the various care. The education personnel should promote the knowledge exchange with professionals of visual area for children early orientation, it will allow them to avoid to repeat a grade in schools.

---

1 Coordenador de Pós-Graduação de Neuro-Optometria - UBC

2 Docente do Curso de Pós-Graduação de Neuro-Optometria - UBC

3 Coordenadora do Curso de Graduação em Tecnologia Óptica e Optometria - UBC

## Introdução

A inclusão do deficiente visual na escola pública é um assunto pouco discutido na sociedade brasileira. O próprio termo “deficiente visual” incute o preconceito e o desconhecimento pleno do assunto.

Os dados sobre as causas de comprometimento visual infantil nos países em desenvolvimento provêm, quase exclusivamente, da coleta de dados em escolas para cegos e hospitais especializados, pois, estudos populacionais são muito caros e demorados, o que torna difícil sua realização em países com escassos recursos na área de saúde. (CANOVAS, 1994, p.326).

A definição da deficiência visual refere-se a uma limitação sensorial grave capaz de anular ou reduzir a capacidade de ver, abrangendo vários graus de acuidade visual, permitindo, pois diversas classificações de redução da visão. Quando o indivíduo nasce com a deficiência ou a adquire anterior a idade de três anos, por não conservar a memória visual. Ausência total de visão até a perda da capacidade de indicar projeção de luz □ Considera-se portador de cegueira aquele cuja visão do melhor olho, após a melhor correção óptica ou cirúrgica, varia de zero a um décimo (Escala Optométrica de Snellen), ou quando tem o campo visual reduzido a um ângulo menor que 20 graus □ “Condição de visão que vai desde a capacidade de indicar projeção de luz até a redução da acuidade visual ao grau que exige atendimento especializado” (RHEIN, 2006, p. 567). Complementando as definições acima, convém observarmos que é muito comum pensar que toda pessoa portadora de cegueira “enxerga” um “fundo negro”, porém dependendo de seu comprometimento, podem ser percebidos vultos sem definição e até algumas cores, é a chamada visão residual. Além disso, podemos afirmar que a pessoa portadora de cegueira desenvolve uma visão, que não a dos olhos, mas sim, uma forma de visão e visualização que se poderia chamar de interna ou mental. “As pessoas com baixa visão podem ter baixa acuidade visual, dificuldade para enxergar de perto e/ou de longe, campo visual reduzido e problemas na visão de contraste, entre outros” (VEITZMAN, 2000, p. 23).

## Fundamentação Teórica

Sabe-se que aqui no Brasil segundo o IBGE, das 201 milhões de pessoas que aqui vivem aproximadamente metade necessitam de alguma correção visual.

É preciso compreender deste modo, que a causa destes números não são exclusivamente da falta de condições econômicas da população. Nem tão somente do déficit da saúde. Mas, no entanto uma das causadoras é a falta de informação, que vem afetando as diversas classes sociais. O preconceito que acontece da mesma maneira, barrando o progresso da saúde visual brasileira.

Os profissionais que atuam na reabilitação e educação de indivíduos deficientes visuais necessitam deter conhecimentos sobre as limitações desses indivíduos bem como sobre o sistema de ensino e reabilitação vigentes. A escola e a reabilitação devem caminhar juntas, suprindo as reais dificuldades da criança, do adolescente e do adulto portador de deficiência visual (MONTILHA, et al, 2006, p. 207)

O intuito deste estudo é analisar as consequências psicossociais e neurovisuais acerca da inclusão do deficiente visual na escola pública brasileira. A Inclusão é um tema que ganha cada vez mais espaço em nossa sociedade moderna, considerando as ações que buscam a maior participação do deficiente na sociedade. Elas aparecem através de uma legislação que está progressivamente evoluindo e abordando de forma direta o assunto, nas propostas de muitos educadores e no próprio reconhecimento da sociedade, advindo das manifestações de diversos grupos que buscam a garantia de seus direitos. A formação deficitária traz sérias consequências à efetivação do princípio inclusivo, pois este pressupõe custos e rearranjos posteriores que poderiam ser evitados.

Os direitos civis referem-se à liberdade individual, os direitos políticos dizem respeito à participação no exercício do poder político através da representação ou da participação e os direitos sociais compreendem o bem-estar do indivíduo, isto é, direitos à segurança, ao trabalho, ao lazer, à educação, à saúde, entre outros (Marshall, 1965).

O processo de inclusão do deficiente visual no ensino regular da escola pública esbarra em falta de capacitação dos professores em diferenciar os alunos com baixa visão; bem como incluir esses alunos através de recursos não ópticos. Estes recursos da baixa visão são de fácil aquisição e fácil reprodutibilidade. A falta de capacitação dos professores acaba sendo o principal obstáculo para a inclusão do deficiente escolar no ambiente escolar regular.

Foi realizado um levantamento bibliográfico em livros, internet e periódicos buscando uma fundamentação teórica para nossa discussão. Com o intuito de facilitar a análise e a comparação com outros estudos sobre as causas de cegueira e visão subnormal (baixa visão), foram adotadas a definição de infância da UNICEF (período entre 0 e 15 anos) e a classificação para perda visual da OMS (BISCHH,1995,p.55).

O uso de qualquer resíduo visual poderá ajudar as pessoas com baixa visão na realização de inúmeras tarefas, tais como:

- Constituição e organização do espaço – uma das grandes dificuldades enfrentadas por aqueles que não enxergam é construir a noção de espaço e sua relação com ele, e qualquer resíduo visual possibilita à criança perceber com maior facilidade onde ela está, onde estão os objetos e a relação entre eles.
  - Na coordenação dos movimentos.
  - Na mobilidade e locomoção.
  - No contato e relação com o ambiente para a criança com baixa visão, seja qual for a percepção visual, fica mais fácil identificar prontamente as dimensões e características gerais de um ambiente e verificar a presença ou ausência de alguém.
  - Na aprendizagem por imitação – uma das importantes formas de aprendizagem é a imitação, e muito do que somos e sabemos nos vem pela imitação visual. A criança cega precisa substituir esse canal de aprendizagem, mas nos casos em que há baixa visão, a informação visual, por menor que seja, pode servir de ajuda na aprendizagem da criança.
  - Na aprendizagem da leitura e da escrita, saber ler e escrever a linguagem comum é de grande importância, possibilita aos indivíduos ficar a par das últimas novidades e das informações mais recentes veiculadas pelos meios impressos de comunicação.
- Por essas razões, a preocupação maior com essa questão centrou-se na busca do melhor uso da visão que o indivíduo possui, obtida tanto por meio de desenvolvimento de recursos ópticos, tecnológicos e educacionais para melhorar a capacidade visual, como pelo incentivo para o treinamento dessa visão. (VEITZMANN, 2000, p.76-77).

No período escolar alguns fatores devem ser discutidos com os professores para melhor fazer a inclusão social da criança com baixa visão no âmbito escolar. Dentre eles os auxílios não ópticos são de relevante importância. A iluminação é dos auxílios ópticos mais importantes e pouco difundidos, ela deve ser adequada ao ambiente de estudo o que propiciará conforto visual a todos os alunos da classe, evitando o foto estresse visual. A criança com baixa visão deve se sentar na primeira carteira e no canto da sala em que favoreça seu campo visual, e deve ser permitida a ela se necessário aproximar-se da lousa ou utilizar-se de materiais com tipografia aumentada previamente confeccionada por sua professora. Os lápis e as canetas devem ser de pontas grossas e as linhas dos cadernos reforçadas e com pautas maiores se necessário.

Alguns autores recomendam que o aluno com visão subnormal utilize alguns dispositivos para favorecer o funcionamento e eficiência visual, entre eles, canetas tipo pincel atômico, acetato, papel com pautas em negrito e outros; as autoras ressaltam que os materiais não precisam ser prescritos por um especialista, mas os professores necessitam saber as razões da utilização desses recursos (TORRES, 1990).

A professora desde o primeiro contato do deficiente com os outros colegas deve orientá-los quanto à deficiência e as necessidades especiais do aluno, geralmente eles são bem aceitos pelas outras crianças. As crianças geralmente não possuem preconceitos, e esta atitude de apresentação evita surtos de amistosidade e curiosidade, amenizando os constrangimentos para ambas as partes. Os pais devem estar atentos a estes recursos para se possível eles mesmos realizar as orientações à escola, e lembre-se que a criança com baixa visão não é cega e, portanto deve se socializar com as crianças de sua mesma faixa etária e numa escola convencional e não especial.

### **Considerações Finais**

Devem ser colocados, os vários aspectos de cuidados com os olhos. Desde os primários, até a prevenção da cegueira, a importância do exame visual e como isto afeta cada indivíduo. Tendo sempre em vista que para os mesmos basearem-se

apenas no que sabem, e não seguirem orientações especializadas em relação ao sistema visual pode ser arriscado. Levando em conta estas informações procura-se com isto dissolver o conhecimento especializado da maneira mais clara e de modo que possa ajudar. Levar os cuidados, e o exame da visão e suas informações a todos. Ressaltar a importância da prevenção, e da união dos profissionais da área, para uma maior sociabilidade do conhecimento e dos diversos cuidados. Unir-se também com os profissionais da educação, os professores, para que as crianças sejam orientadas desde cedo. Evitando assim o aumento da repetência nas escolas.

## Referências

- BISCHH F. **Análisis epidemiológico de la ceguera.** Arch Chil Oftal 1995;52(1):55-70.
- CANOVAS, G, et al. **Causes of blindness and severe visual impairment in children in Chile.** Developmental Medicine and Child Neurology 1994;36:326-33.
- IBGE (Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), 1997. **Contagem da População 1997. Resultados Relativos a Sexo da População e Situação de Unidade Domiciliar 1996.** Rio de Janeiro: IBGE.
- MARSHALL, T. H. **Class, Citizenship, and Social Development.** New York:Doubleday, 1965.
- MONTILHA, et al. **Utilização de recursos ópticos e equipamentos por escolares com deficiência visual.** Arq Bras Oftalmol. 2006;69(2):207-11.
- RHEIN, LDO, et al. **Pediatria e Visão.** São Paulo: Ed. Cert, 2006.
- TORRES. SI, CORN.AL. **When you have a visually handicapped child in your classroom: sugestions for teachers.** 2th ed. New York: American Foundation for the Blind; 1990.
- VEITZMAN, S. **Visão subnormal.** Rio de Janeiro: Cultura Médica, 2000. (Coleção de Manuais Básicos CBO).